



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
NÚCLEO DE EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

PROVA DE SELEÇÃO DE TUTORES NA MODALIDADE À DISTÂNCIA

GRUPO: CONTABILIDADE

DATA:	HORÁRIO:
NOME DO CANDIDATO:	
CPF:	
ASSINATURA:	

INSTRUÇÕES:

1. Preencha o quadro acima, não deixando de **assinar** no local indicado;
2. A avaliação é **individual**;
3. Duração da avaliação é de 01 (uma) hora;
4. Essa avaliação tem o valor de 60 (sessenta) pontos;
5. O tempo de tolerância para o início das provas e o tempo de sigilo é de 15 minutos.

QUESTÃO UM: Com referência as Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, o registro de todos os atos e fatos da gestão orçamentária, patrimonial e financeira das entidades públicas, de forma a produzir informações para tomada de decisões pela Administração e acompanhamento pelos órgãos de controle e outros setores da sociedade interessados, é competência da:

- A. Contabilidade Pública
- B. Contabilidade Fiscal
- C. Contabilidade Orçamentária.
- D. Contabilidade Privada

QUESTÃO DOIS: A contabilidade aplicada ao setor público mantém um processo de registro das receitas e despesas orçamentárias realizadas, de modo que atenda a todas as demandas de informações sobre a execução orçamentária. No setor público, a receita e a despesa orçamentária são executadas, no exercício financeiro:

- A. pelo regime de caixa, sendo as receitas recebidas e as despesas legalmente pagas.
- B. pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.
- C. pelo regime misto, sendo as receitas arrecadadas e as despesas legalmente fixadas no orçamento.
- D. pelo regime misto, sendo as receitas incorridas conforme seu fato gerador e as despesas legalmente empenhadas.

(ANULADA)

QUESTÃO TRÊS: As normas da contabilidade aplicada ao setor público regulamentam as atividades contábeis de todas as entidades desse setor, devendo, no entanto, ser adotadas apenas de forma parcial:

- A. nas fundações públicas.
- B. nos conselhos profissionais.
- C. nas autarquias.
- D. nas empresas públicas não dependentes.

QUESTÃO QUATRO: A contabilidade aplicada ao setor público tem como objeto:

- A. O patrimônio público
- B. O orçamento público
- C. O balanço patrimonial do setor público
- D. O caixa do setor público

QUESTÃO CINCO: De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBTC 16), as transações no setor público devem ser reconhecidas e registradas integralmente:

- A. desde o planejamento.
- B. **no momento em que ocorrerem.**
- C. após emissão de nota de dotação orçamentária.
- D. a qualquer tempo, dentro do exercício financeiro em que ocorrerem.

As questões de 6 a 7 devem ser respondidas com base no Balancete de Verificação de 31/12/2017 da Cia Jota apresentado a seguir:

Balancete de Verificação Cia Jota 31/12/2017	
Conta	Valor (R\$)
Aplicações Financeiras liquidez imediata	6.500
Bancos	2.400
Caixa	1.600
Capital Social	21.640
Contas a pagar de longo prazo	6.640
Intangível	1.600
Empréstimos a dirigentes de transação não recorrente	4.500
Empréstimos a pagar no curto prazo	3.740
Encargos sobre a folha de pagamento a pagar	1.000
Estoque de mercadorias para revenda	11.040
Fornecedores	6.000
Imobilizado	13.316
Impostos a pagar	1.400
Investimentos	8.240
Reserva de Lucros	13.116
Aplicações Financeiras com vencimento após 90 dias e até de 360 dias	600
Reserva de Capital	2.000
Salários a pagar	3.160
Contas a receber no curto prazo	8.900

QUESTÃO SEIS: A partir dos dados da Cia Jota, é correto afirmar que o saldo do Disponível em 31/12/2017 foi de:

- A. R\$ 1.600
- B. R\$ 4.000
- C. **R\$ 10.500**
- D. R\$ 11.100

QUESTÃO SETE Com base nos dados apresentados da Cia Jota, é correto afirmar a liquidez geral da empresa em 31/12/2017 foi de:

- A. 0,69
- B. 1,31
- C. 1,62**
- D. 2,00

QUESTÃO OITO : Em janeiro de 2017 uma empresa iniciou suas atividades. Nos livros contábeis constam os seguintes elementos:

1. receitas com vendas de serviços em 2017 de \$ 180.000, sendo 60% a vista e o restante a prazo;
2. despesas de R\$ 95.000, sendo R\$ 65.000 pagos até 31-12-2017;
3. em 2018, recebeu as duplicatas de 2017 e pagou as despesas contraídas em 2017;
4. realizou vendas de serviços no valor de R\$ 291.000, em 2018, recebendo 2/3 a vista;
5. incorreu em despesas diversas de R\$ 90.000, em 2018, pagando nesta data 40% delas.

A partir de tais informações, identificar o resultado apurado em 31/12/2018, em reais:

- A. 43.000;
- B. 85.000;
- C. 128.000;
- D. 201.000.**

QUESTÃO NOVE: Os Princípios Constitucionais do Direito Tributário são normas jurídicas gerais, que servem de fundamento ao Direito, e exercem papel fundamental como limite constitucional ao poder de tributar. Nesse sentido, observamos que termos no seu artigo 150, inciso VI, alínea a, da Constituição Federal estabelece hipótese em que não incida tributos. Assim nesta alínea é vedada à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos municípios instituir tributos sobre patrimônio, renda ou serviços uns dos outros e sobre suas autarquias e fundações públicas. Esse princípio



- A. Princípio da Imunidade Recíproca
- B. Princípio da Uniformidade Tributária
- C. Princípio da não Diferenciação Tributária
- D. Princípio da Liberdade de Tráfego de Pessoas ou Bens

QUESTÃO DEZ: O artigo 3º da Lei n. 5.172, de 25 de outubro de 1966, que dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional (STN), ou Código Tributário Nacional (CTN), define tributo como: [...] *toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.* (BRASIL, 1966, art. 3º, grifo nosso). No que concerne ao fato de que para referida lei o tributo não tem caráter de punição, ou seja, deve ser pago, não por que o particular cometeu alguma infração, mas por que ocorreu o fato gerador, tais como: compra, venda, doação etc. Esse fato pode ser vinculado a qual das características do tributo apresentada :

- A. o tributo deve ser instituído em Lei
- B. o tributo não constitui sanção de ato ilícito
- C. o tributo como prestação pecuniária compulsória
- D. o tributo é cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada